225 **MIL MILHÕES TRANSPORTES FAZEM DÍVIDA CRESCER**
A dívida pública portuguesa aumentou 5213 milhões de euros, para 225 897 milhões de euros, em abril face a março, devido ao financiamento concedido às empresas públicas de transporte: CP, EPE e STCP.

Subsídio de férias terá de ter valor igual ao salário de junho

Juristas defendem que as remunerações dos funcionários públicos têm de ser pagas sem cortes

No subsídio de Natal só os duodécimos pagos de agora em diante terão de observar a decisão do TC

Lucília Tiago
ltiago@dinheirovivo.pt

O subsídio de férias que é pago em junho aos funcionários públicos terá de ser de valor igual à remuneração mensal em vigor naquela data. Já em relação ao subsídio de Natal, só altera desde 30 de maio.

Não há ainda certezas de que a decisão do Tribunal Constitucional sobre os cortes salariais seja já observada nos processamentos de salários de junho ou se a reposição das remunerações para os valores em vigor em 2010 será acertada mais tarde. Independentemente deste processo administrativo, os juristas contactados pelo JN/Dinheiro Vivo acentuam que as remunerações relativas a este 6.º mês do ano (salário e subsídio de férias) têm de ser pagas sem cortes.

Apesar de o direito às férias se vencer a 1 de janeiro, o subsídio de férias é calculado tendo por referência a remuneração auferida no mês em que é processado. Sendo assim e perante a decisão do TC, sublinha José Maria Castelo Branco, da CCA advogados, os pagamentos têm de ser feitos com base no valor auferido pelos funcionários públicos em 2010. Este é também o entendimento de Francisco Espregueira Mendes, da Telles de Abreu e Associados.

No subsídio de Natal, o Orçamento do Estado determina que este seja pago em duodécimos, sendo o valor "apurado mensalmente" com base na "remuneração relevante" para o efeito. Em termos práticos, referem aqueles juristas, isto significa que de junho em diante o 13.º mês terá de ser calculado com base na remuneração de 2010, não sendo necessário proceder a nenhum recálculo para as mensalidades já pagas de janeiro a maio.

De acordo com o "Jornal de Negócios", várias autarquias estão disponíveis para pagar já em junho os salários sem qualquer corte. Esta mesma regra poderá ser observada pelos organismos dotados de autonomia financeira, a não ser que não disponham de liquidez para tal. José Abraão, do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública (Sintap/Fesap) prevê que os serviços de administração central deverão ficar a aguardar instruções do Ministério das Finanças, antes de tomarem qualquer decisão, ainda que tenham tempo útil para proceder às alterações necessárias já este mês.

O JN/Dinheiro Vivo tentou saber junto do Ministério das Finanças se os salários vão ser repostos já este mês ou quando se tenciona proceder a este acerto, mas não obteve resposta em tempo útil.

Um novo aumento de impostos, em especial do IVA, é a solução com maior probabilidade de ser adotada pelo Governo para responder ao "gap" orçamental aberto com a decisão do TC, mas não está posta de lado a hipótese de insistir em cortes salariais, repescando o modelo que esteve em vigor entre 2011 e 2013 e que se traduzia numa redução média de 5% para quem ganha mais de 1500€ brutos por mês.

Na leitura de Tiago Serrão, jurista da PLMJ, perante o acórdão agora produzido, será "muito provável" que o Governo retome os cortes de 2011 ainda que o tempo para fazer aprovar novo diploma seja curto. ●


GUSTAVO BOM / GLOBAL IMAGES

Ministra admitiu ontem que a decisão do TC tem um "impacto muito significativo"

REAÇÃO

Albuquerque diz precisar de tempo

O chumbo de três artigos do Orçamento do Estado para 2014 pelo TC tem um "impacto muito significativo", reconheceu ontem a ministra das Finanças, Maria Luís Albuquerque, realçando que o Governo precisa de tempo para preparar alternativas. Certo é que a decisão do TC tem "impacto em 2014 e em 2015", assinalou, admitindo que a carta de intenções relativa ao período pós-troika terá de ser atualizada novamente e encaminhada para os credores oficiais.